Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Lira ganha tempo

A conversa de Lula com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), ajudou a baixar a temperatura entre o deputado e o governo. Mas não há acordo para destravar nada. Ao sugerir que o rito para tramitação das medidas provisórias passe pelo plenário do Congresso, Lira caminha para ganhar mais alguns dias, a fim de levar as MPs ao crivo dos deputados sem a "escala" na comissão especial.

Quer mais

Em conversas de parlamentares nesse período de pré-viagem à China, chegou a ser oferecido à Câmara a relatoria das MPs mais polêmicas. Como, por exemplo, a que fixa o voto de qualidade do Carf e a que define a organização dos ministérios. Nem assim a tensão se dissipou.

Os desconfiados

Aliados de Lira dizem que ele pode até perder a batalha das MPs e ser obrigado a reorganizar seu jogo. Mas a total confiança entre Câmara e Senado está abalada, e vai respingar no governo. Entre os deputados, muita gente diz que o deputado, em breve, puxará o projeto do semi-presidencialismo do bolso do paletó.

Governo se prepara para "abril vermelho"

Com o Movimento dos Sem-Terra (MST) disposto a promover invasões neste mês de abril, a equipe do presidente Luiz Inácio Lula da Silva resolveu se precaver a fim de evitar o desgaste que fatalmente virá no setor do agronegócio, se nada for feito. No Incra e no Ministério do Desenvolvimento Agrário, os técnicos estão debruçados sobre todos os processos de desapropriação e assentamentos paralisados no governo anterior. A ideia é fazer um pente-fino e promover "entregas", a fim de evitar as invasões.



Aposta errada

Antes da reunião com Lula, Lira, um ás da política, já estava avisado de que iria perder se insistisse em contar com a não indicação dos integrantes para as comissões mistas por parte dos líderes.

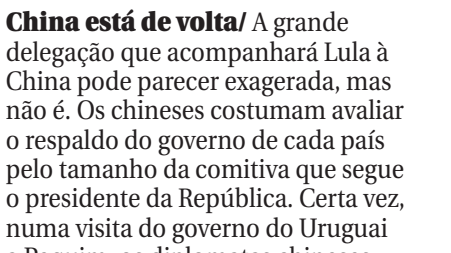
Quorum garantido

No MDB da Câmara, por exemplo, o líder Isnaldo Bulhões é de Alagoas, terra do senador Renan Calheiros (MDB). E no governo, os líderes não têm como deixar de atender a um preceito constitucional. Logo, somados aos 12 senadores, haveria quórum para deliberação.

Kassab joga a boia para Haddad

Com o PT resistindo às propostas de âncora fiscal do governo, o presidente do PSD, Gilberto Kassab, põe seu partido na vitrine, com um projeto de âncora fiscal e acenos ao mercado. A legenda é mais uma que se apresentará rumo a 2026, como opção entre o bolsonarismo raiz e o PT.

CURTIDAS



Gustavo Moreno/CNSaúde

Correio Talks da tributária/ O **Correio Braziliense** promove, em 12 de abril, o debate "Reforma Tributária: O Brasil quer impostos justos", em parceria com a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco). O secretário de Política Econômica, Bernard Appy **(foto)**, já confirmou presença. Em nome da reforma, ele tem se dedicado a debater o tema Brasil afora. Afinal, o governo tem plena consciência de que, sem uma discussão aprofundada com todos os atores, a reforma não caminhará.

A volta de Jair Bolsonaro/ O ex-presidente escolheu a data da sua volta pelo preço da passagem em classe econômica. Só tem um detalhe aí: de Miami para Brasília, voo direto, está difícil encontrar passagens de classe executiva.

China está de volta/ A grande delegação que acompanhará Lula à China pode parecer exagerada, mas não é. Os chineses costumam avaliar o respaldo do governo de cada país pelo tamanho da comitiva que segue o presidente da República. Certa vez, numa visita do governo do Uruguai a Pequim, os diplomatas chineses perguntaram aos uruguaios: "De quantos hotéis vocês vão precisar?"

Por falar em Lula.../ Seus aliados alertam: o presidente precisa deixar de lado as mágoas pessoais e pensar no país. Ou seja, esquecer o CPF e atuar no CNPJ.

INVESTIGAÇÃO / Ministro da Secretaria de Comunicação Social sugere que magistrada, ao expor dados da Operação Sequaz, ajudou Sergio Moro. Senador e a mulher devolvem o ataque também pelas redes sociais

Pimenta critica ato de juíza

» FABIO GRECCHI
» VICTOR CORREIA

Fabio Pozzebom/Agência Brasil



O ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência (Secom), Paulo Pimenta, criticou, ontem, a decisão da juíza Gabriela Hardt de suspender o sigilo da operação da Polícia Federal (PF) que desmontou um esquema do Primeiro Comando da Capital (PCC) para atacar autoridades — entre elas o senador e ex-ministro da Justiça Sergio Moro (União Brasil-PR). Ele questionou, em uma rede social, se a magistrada tomou a decisão para "ajudar a narrativa de um amigo" e "sem combinar com a PF", que está à frente da Operação Sequaz.

O tuíte de Pimenta manteve acesa a crise provocada pelo comentário do presidente Luiz Inácio Lula da Silva — que desconfiou de uma "armação" por parte do ex-juiz da Operação Lava-Jato — e que foi criticado até mesmo por muitos dos seus aliados. E o casal Moro fez questão de rebater o ministro, também pelas redes sociais.

Segundo a publicação de Pimenta, "a juíza Gabriela Hardt, da 9ª Vara Federal de Curitiba, tirou o sigilo de documentos da operação que prendeu membros do PCC. Isso ajuda na investigação e nas ações contra essa poderosa organização criminosa? Qual o objetivo da juíza em retirar o sigilo?" — suspeitou.

Ainda segundo o ministro, a decisão da juíza expõe e atrapalha as investigações da PF. O ministro frisou que considera a operação importante e defendeu que o inquérito não pode ser "'capturado' por interesses pessoais de ninguém".

"Uma juíza retirar o sigilo de um inquérito sensível e perigoso, que ainda está em curso, sem combinar com a PF, que está no comando da investigação, ajuda no quê? Tudo isso para ajudar a narrativa de um amigo? Vocês acham normal? Não se indignam?", questionou.

> **A juíza Gabriela Hardt tirou o sigilo de documentos da operação que prendeu membros do PCC. Isso ajuda na investigação e nas ações contra essa poderosa organização criminosa? Uma juíza retirar o sigilo de um inquérito sensível e perigoso, que ainda está em curso, sem combinar com a PF, ajuda no quê?"**
>
> ***Trechos do tuíte do ministro Paulo Pimenta***

Crime qualificado

Misoginia é o ódio, desprezo, preconceito ou discriminação contra mulheres ou meninas. Manifesta-se por meio da exclusão social, hostilidade, patriarcado, ideias de privilégio masculino, depreciação, violência e objetificação sexual. A misoginia pode ser enquadrada na Lei 7.716/89, que trata dos crimes de racismo, homofobia e transfobia.

Reação

O casal Moro não deixou Pimenta sem resposta. Quem primeiro devolveu foi a deputada Rosângela (União Brasil -SP), que acusou o ministro de **"misoginia"**. "Agora, o governo resolveu atacar a juíza que, corajosamente, ordenou a prisão dos bandidos do PCC? Misoginia?", provocou.

O senador se ombreou à mulher na arena da rede social e reagiu ao ataque de Pimenta. Reforçou a posição de Rosângela, ao também acusar o ministro de tratar a juíza de maneira preconceituosa. E mais: chamou-o de mentiroso e classificou-o como "Ministro da Propaganda", uma menção velada a Joseph Goebbels, que ocupou essa função na ditadura nazista de Adolf Hitler.

"Além da misoginia, o ministro da Propaganda do PT mente, pois o sigilo sobre a investigação só foi levantado após o delegado do caso ter concordado por escrito com a medida. Zero prejuízo às investigações pois os bandidos, após as prisões, já haviam tido acesso aos autos. Terá o Ministro a decência de se desculpar?", cobrou.

Gabriela Hardt é responsável pela ordem de prisão emitida contra os suspeitos de organizar o ataque contra Moro, o procurador Lincoln Gakiya — que há anos da combate às iniciativas do PCC —, a deputada Rosângela Moro e os filhos do casal. Ela atuou junto com o ex-juiz na 13ª Vara Federal de Curitiba e também esteve na Lava-Jato. Gabriela Hardt chegou a interrogar Lula, em 2018, quando ele ainda estava na prisão, e suspendeu o sigilo da Sequaz depois que o presidente lançou dúvidas sobre o fato de o senador ser um dos alvos da quadrilha.

Solta por ter filho menor

Apontada pela Polícia Federal (PF) como mulher do "cabeça" do plano de atentado contra o senador Sergio Moro (União Brasil-PR), Aline de Lima Paixão recebeu autorização para aguardar a investigação em liberdade. Ela havia sido presa na quarta-feira, na Operação Sequaz, que revelou as articulações do Primeiro Comando da Capital (PCC) para sequestrar e matar o ex-juiz da Lava-Jato. Com a decisão, Aline será monitorada por tornozeleira eletrônica.

A juíza Gabriela Hardt, da 9ª Vara Federal de Curitiba, autorizou a soltura porque Aline tem filhos menores de 12 anos e seguiu orientação do Supremo Tribunal Federal (STF). Além da tornozeleira, ela está proibida de manter contato com os outros investigados e precisará ficar em casa à noite.

Segundo a investigação, ela "agiu diretamente na consecução do plano criminoso". A mulher teria armazenado códigos criados pelos criminosos para se referir aos comandos e aos alvos do plano — Moro era "Tókio" e sequestro era "Flamengo". Além do auxílio ao plano, Aline também teria um papel importante na contabilidade da organização criminosa, segundo a PF.

De dia, não pode ultrapassar os limites da cidade de Franco da Rocha, na região metropolitana de São Paulo. Nove pessoas foram presas por suspeita de participação no plano de atentado a autoridades. Até o momento, Aline foi a única colocada em liberdade.